

Nacionalismo na imprensa brasileira: crise Brasil-Bolívia

Andréia Seganfredo
Gislene Silva

Resumo

Diante de um cenário internacional regido pela lógica da globalização e, ao mesmo tempo, da integração regional entre países, o fluxo de informação jornalística responde ainda mais pelas interpretações que comunidades ou países têm uns dos outros. No contexto da recente crise Brasil-Bolívia, quando o presidente boliviano Evo Morales anunciou a nacionalização das reservas de gás natural e petróleo de seu país, com consequências bastante negativas para a Petrobras, a imprensa brasileira se mostrou nacionalista na cobertura do fato e de seus desdobramentos. Este estudo é resultado da análise de textos informativos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicados na semana seguinte à medida governamental boliviana, tomando como base reflexões sobre nacionalismo, soberania, ordem econômica globalizada e acordos políticos na América Latina.

Palavras-chave:

Imprensa nacionalista, Nacionalismo, Imprensa latino-americana

Abstract

Facing an international scenario ruled by globalization logic and, at the same time, by countries' regional integration, journalistic flux of information has to respond even more on the interpretations that communities or countries have one about the other. In the recent Brazil-Bolivia crisis, when the Bolivian president Evo Morales announced the natural gas and oil reservoirs nationalization in his country, with negative consequences for Petrobras (Brazilian oil company), the Brazilian press showed a very nationalistic coverage of the fact and its aftermaths. This study is the result of analyzing informative news in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, published a week after the Bolivian president statement. It reflects on nationalism, sovereignty, globalized economic order and political accords in Latin America.

Key words:

Nationalist press, Nationalism, Latin American press

Para alguns autores, a forma como a imprensa reporta os fatos é uma realidade em si mesma. Mayra Gomes afirma que todo fato já nasce como sendo relato, ou seja, como elemento discursivo. Assim, não existe fato sem que este seja relatado, nem realidade que anteceda o discurso:

Não há, portanto, fato jornalístico sem o relato jornalístico. O que pretendo dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos. (...) Indo mais longe, pode-se dizer que não há fato que não aconteça como relato. Nessa perspectiva, ser é dar-se a ver. (Gomes: 9 e 11)

Nesse sentido, um dos primeiros estudos acerca da realidade construída pela imprensa foi feito por Walter Lippmann, no livro *Public Opinion*, publicado em 1922. Lippmann discorre sobre como os meios de comunicação se utilizam de estereótipos – imagens mentais facilmente reconhecidas e compreensíveis – para simplificar o entendimento da realidade. Essa representação estereotipada da realidade seria também distorcida e resultaria na criação do que o autor chama de pseudo-ambiente: um referencial visto pelas pessoas como o verdadeiro ambiente, mas diferente da realidade em si. Lippmann considera ainda que o pseudo-ambiente é capaz de influenciar o ambiente, ou seja, a realidade social. Dentre os vários estereótipos, valores e visões de mundo que os homens possuem, o autor acredita que a consciência nacional também seja um modo de percepção. Segundo Lippmann:

Esses extraordinários símbolos adquirem por transferência todos os minutos e lealdades

detalhadas de uma sociedade antiga e estereotipada. Eles evocam o sentimento que cada indivíduo tem para a paisagem, a mobília, as caras, as memórias que são sua primeira, e em uma sociedade estática, sua única realidade. Aquele conjunto de imagens e devoções sem o que ele é impensável para si mesmo, é nacionalidade (Lippmann: 178). (tradução própria).

A discussão sobre a construção da realidade pela imprensa mostra que, por mais objetivo e destituído de valores que o material jornalístico pretenda ser, ainda assim transmitirá valores e visões de mundo – sejam de uma época ou de um grupo de indivíduos. Desse modo, a afirmação de Lippmann acerca da nacionalidade, entendida como uma imagem mental sem a qual o homem é impensável para si mesmo, motivou a escolha do objeto deste estudo: identificar se a imprensa brasileira foi nacionalista na cobertura do episódio que ficou conhecido como crise Brasil- Bolívia, quando o governo boliviano anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos, em 1º de maio de 2006¹.

No dia seguinte ao decreto, os jornais brasileiros estampavam em suas capas a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia como principal manchete. E, posteriormente, os desdobramentos da ação do governo boliviano, o impacto da medida na economia e a movimentação no Itamaraty e no palácio do Planalto também seriam abordados. Contudo, a cobertura feita pela imprensa brasileira foi criticada em sites especializados em abordar a produção jornalística no país, dentre os quais o Observatório da Imprensa. Nos artigos de José Duarte², Renato Gianuca³ e Xikito Ferreira⁴, a postura da imprensa brasileira foi classificada como extremamente reativa e nacionalista,

¹ Este estudo resulta de investigação feita por Andréia Seganfredo, sob orientação de Gislene Silva, no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB009>. Acesso em: 30. mai..2006.

³ Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB003>. Acesso em: 30. mai.2006.

⁴ Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB004>. Acesso em: 30 maio de 2006.

com jornalistas cobrando atitude dura das autoridades brasileiras.

Pareceu-nos interessante e necessário verificar, através de uma metodologia adequada e aplicável ao texto jornalístico, se a imprensa brasileira foi mesmo nacionalista ao tratar os fatos acerca da nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia. Para responder à hipótese, optou-se pela metodologia da análise de conteúdo, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos. Foram analisados os textos jornalísticos de caráter informativo, publicados nos dois jornais nacionais de maior circulação – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no período de 02 de maio a 08 de maio de 2006, imediatamente posterior ao anúncio do decreto de nacionalização pelo presidente boliviano Evo Morales. Foram selecionados textos das editoriais Economia/Dinheiro, Brasil/Política e Mundo/Internacional, que tivessem como assunto principal a nacionalização dos hidrocarbonetos. Além dos textos, as fotografias e as capas dos jornais também foram consideradas, mas apenas de forma quantitativa – número de chamadas de capa e de fotografias, por capa e por edição – como parte da avaliação sobre a relevância do tema na imprensa.

Influência do jornalismo no processo de comunicação entre países

O contato entre países, a partir do conhecimento do outro, tornou-se mais próximo e constante com o desenvolvimento das tecnologias de informação. Linhas telegráficas conectaram a Europa aos Estados Unidos nos anos 50 e 60 do século XIX e, uma década depois, o mesmo ocorreu com a China, América do Sul e Japão. Na América Latina, o diário *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro

A discussão sobre o fluxo internacional de informações, no contexto da dependência, arrefeceu-se em âmbito mundial com o advento da internet

convertia-se no cliente pioneiro da Reuter-Havas em 1875 (Piernes, 1990:79). A partir de então, as agências, baseadas numa lógica de mercado, passaram a adotar um texto objetivo com a finalidade de atingir um público leitor mais amplo (Natali, 2004:31).

A expansão das agências suscitou a preocupação com o conteúdo noticioso difundido em escala global e começou a ser objeto de estudos da Comunicação na segunda metade do século XX (Traquina, 2001:55). Nos anos seguintes, o fluxo internacional de notícias seria um dos principais campos de pesquisa do Jornalismo, cujas investigações apontaram a dependência dos países do chamado Terceiro Mundo das notícias produzidas pelas agências internacionais sediadas no Primeiro Mundo – o chamado fluxo informativo de sentido único.

Segundo Sousa, há pesquisadores convictos de que as notícias e meios jornalísticos internacionais influenciam globalmente as correntes de opinião pública e a tomada de decisões sobre assuntos internacionais. Outros estudiosos lembram que o fluxo de informações dos países do Hemisfério Norte para os do Hemisfério Sul traduz-se numa ingerência constante nos assuntos internos dos países e na imposição de valores ocidentais para todo o mundo, mina os esforços de desenvolvimento e promove um legado de imperialismo cultural.

A discussão sobre o fluxo internacional de informações, no contexto da dependência, arrefeceu-se em âmbito mundial com o advento da internet. As possibilidades trazidas pelas novas tecnologias levaram os pesquisadores a tentar entender o momento de expansão das tecnologias de comunicação e, inclusive, a pensar na possibilidade da formação de redes democráticas,

em que fosse possível o acesso irrestrito à informação e, conseqüentemente, o fluxo informativo alcançasse o equilíbrio (Baldessar, 2006: 28) – o que ainda não se confirmou.

Em estudos recentes, fica evidente também que a própria informação produzida pelos veículos latino-americanos continua fortemente orientada para os países desenvolvidos. Retomando o primeiro estudo acerca do fluxo informativo na América Latina, realizado pelo CIESPAL em 1962, Jorge Pedro Sousa pesquisou o enfoque da informação internacional na imprensa latino-americana, tendo como elemento comparativo uma análise na imprensa de Portugal e Espanha, dois países ligados histórica e culturalmente à região. Sousa⁵ concluiu que a imprensa dos países ibéricos e latino-americanos tende a reforçar positivamente as imagens das regiões mais favorecidas do mundo e a reforçar negativamente as imagens das regiões menos desenvolvidas. Constatou também que a imprensa da América Latina apóia a integração política e econômica européia, realçando as atividades diplomáticas entre países daquele continente, mas não se posiciona da mesma maneira em relação aos processos de integração latino-americana.

O mesmo é concluído por Sant'anna⁶, que analisa o papel da imprensa brasileira na integração da América Latina. Para o autor, os veículos de comunicação do Brasil não colaboram para o processo de integração latino-americano e, quando não ridicularizam e inferiorizam os países vizinhos, apresentam desinteresse em relação a eles. Essa conduta de desprezar o local e privilegiar os valores importados da Europa e da América do Norte seria fruto de uma construção histórica, com repercussão entre os jornalistas:

Entretanto, a combinação de poucas informações com notícias sensacionalistas permite-nos afirmar que o comportamento editorial é decorrente de uma *práxis*, de um *modus operandis* (sic) embutidos nas rotinas profissionais. Essas, por sua vez, são frutos de um processo cultural histórico que cega à maioria dos profissionais e dos veículos. Embora existam hoje tecnologias que permitam fugir desse padrão, nossos diários raramente as utilizam. Na prática, ajudam a multiplicar uma caricatura da AL comum ao que pensam as nações do Primeiro Mundo e que propagam as grandes agências. (Sant'anna, 2006: 29)

Apesar de antecipar como os meios de comunicação poderiam reformular as relações entre as sociedades, McLuhan parece ter se equivocado ao prever que eles seriam capazes de promover a luta por objetivos comuns no âmbito da comunidade internacional. Numa análise sobre as mudanças provocadas pela Sociedade da Informação, em que considera os pressupostos de McLuhan, Villada afirma que a previsão do teórico canadense mostrou-se falaciosa: longe de assegurar maior fraternidade no planeta, a tecnologia tem propiciado um maior sentimento nacionalista⁷.

Nacionalidade, globalização e nacionalismo

As transformações provocadas na sociedade com a emergência do Estado-nação no final do século XVIII têm sido objeto de estudo das ciências humanas e sociais. Assim, dependendo da linha de investigação dos estudiosos que se dedicam a explorar o assunto, pode-se perceber uma variação no uso de termos para descrever as idéias

⁵ Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-duas-semanas.html. Acesso em: 25 de novembro de 2006.

⁶ Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-america-latina.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2006.

⁷ Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/192/64/>. Acesso em: 27 de novembro de 2006.

⁸ O título original da obra é *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Lançada em 1983 tornou-se um livro de referência obrigatória para compreender a questão do nacionalismo. Observa-se a diferença no título original, que menciona o nacionalismo, e no proposto pela tradução, consciência nacional. O autor não faz distinção entre nacionalidade e nacionalismo. No entanto, denomina o sentimento de fraternidade entre indivíduos de consciência nacional.

e valores compartilhados entre os indivíduos naquela época: consciência nacional, identidade nacional, nacionalidade e nacionalismo. Não por acaso, Octávio Ianni, ao discorrer sobre as dúvidas e incertezas acerca da globalização, estabelece como parâmetro desses sentimentos simultaneamente os conceitos de Estado-nação, nacionalismo e sociedade nacional (in Oliveira, 1999: 21). Não que eles signifiquem a mesma coisa, mas é praticamente impensável entender um sem considerar o outro.

Diversos foram e são os critérios na busca de definições para nação e nacionalidade, como etnia, raça, língua, território, Estado constituído, estrutura política, história e traços culturais comuns (Hobsbawm: 14 e 15). Contrário ao conceito de nacionalidade como algo natural e imutável, o antropólogo Guillermo Raúl Ruben (1984) critica as definições apresentadas pelas ciências sociais e tenta reformulá-lo, sem perder a dimensão do processo social na formação da identidade nacional. Para este autor, as formulações apresentadas até então podem ser classificadas em dois tipos: naturais, quando a noção e o significado de nacionalidade remetem para o fato de se pertencer a um território, ou dogmáticas, quando a idéia predominante é a de pertinência sentimental, com uma série de valores e tradições compartilhados (Raúl Ruben, 1984: 7-9). Em ambas, a nacionalidade seria transformada em uma categoria social estática, um atributo natural das pessoas, que seria adquirido de uma vez e para sempre – idéia que Raúl Ruben critica nas definições dadas pelas ciências sociais.

A nacionalidade é vista pelo autor como um produto histórico do capitalismo, que não pode ser percebida como uma categoria estática, uma vez que seria explicada pela

necessidade de manter as relações de dominação e controle dos chamados territórios nacionais. Raúl Ruben entende a nacionalidade como uma relação histórica e política que os homens constroem pactuando:

A nacionalidade é um campo da luta entre os homens, que vivem em sociedades marcadas pelas classes sociais, e que a constroem pactuando e negociando a partir de situações de desigualdade. Ela não possui nenhum atributo natural nem é uma estrutura que está na sociedade para que os homens a suportem. A nacionalidade perpassa a totalidade da sociedade, a integra, a transforma e por ela é transformada. (Raúl Ruben: 60)

A idéia de pacto social entre os homens não significa que haja consenso entre eles, mas negar a nacionalidade como um campo de luta daria margem ao nacionalismo. Segundo Raúl Ruben, a ideologia nacionalista considera a nacionalidade um campo de fidelidade e união que não enxerga a desigualdade social e, ao afirmar a nacionalidade, afirma a relação de poder e dominação estabelecida na sociedade (p. 77 e 78). Portanto, o nacionalismo constitui uma visão interpretativa da realidade, que se coloca – em relação à nação – como uma totalidade e perpetua as relações de poder e dominação, tornando-se um instrumento político conservador e antidemocrático.

O imaginário de uma coletividade é princípio fundamental na concepção de nacionalismo apresentada por Benedict Anderson, no livro *Imagined Communities*, traduzido para o português como *Nação e consciência nacional*⁸. Neste livro, Anderson conceitua nação como uma comunidade política imaginada, porque mesmo que todos os seus membros não se

conheçam partilham um sentimento de pertencimento e de comunidade. Essa definição de nação pressupõe uma forma de consenso – contrária a de Raúl Ruben – pois se trata de uma imaginação baseada na fraternidade comunitária, sem considerar as desigualdades e relações de dominação entre os indivíduos, que engendra símbolos e sentidos com os quais será possível construir identidades.

Analisando a Europa Ocidental, no século XVIII, Anderson afirma que a forma de imaginar a nação foi possível porque a comunidade religiosa e o reino dinástico eram quadros de referência que foram perdendo importância ao mesmo tempo em que surgia o nacionalismo. Além dessas, as formas de imaginar empregadas pelos romances e pelos jornais também “ofereceram os recursos técnicos para ‘re-[a]presentar’ a espécie de comunidade imaginada que é a nação” (Anderson:33). Segundo o autor, o jornal promove uma vinculação imaginada entre os fatos que, apesar de ocorrerem independentemente, são reunidos em uma única edição e seu consumo é uma forma de unir a comunidade imaginada.

A forma usada por Anderson para explicar o surgimento do nacionalismo no mundo foi criticada por Craig Calhoun, no livro *Nationalism* (1997). Para este autor, não é possível definir um primeiro modelo de nacionalismo e nem um momento em que as pessoas, sem idéias de nação e aspirações políticas, começaram a pensar em termos nacionalistas. Calhoun considera o nacionalismo uma forma de discurso, capaz não somente de forjar a identidade nacional, mas também de constituir movimentos numerosos, políticas, conflitos e ideologias.

O nacionalismo econômico tem origem no sentimento natural e generalizado que conduz ao desejo de que a ação econômica do país permaneça em mãos dos nacionais, mas pode ser percebido como diversas outras manifestações sentimentais

Nacionalismo move pessoas emocionalmente, não apenas porque fornece um senso de localização em um grande e complexo mundo e um enorme alcance de história. É crucial compreender que nacionalismo é uma fonte positiva de significado – e algumas vezes inspiração – e de compromisso mútuo entre grandes grupos de pessoas. Se fosse mera ilusão e manipulação poderia não ter o poder que tem (Calhoun: 126)

Na área econômica, chama atenção o conceito proposto por Alde Sampaio, político brasileiro e um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Identificando as transformações em curso já no começo dos anos 60, como a transnacionalização da economia mundial, Sampaio propõe o conceito de *nacionalismo econômico*. Segundo o autor, o nacionalismo primeiramente tem suas origens no fato biológico da associação entre o grupo humano e o trato de terra que ocupa, deriva de nação, a qual deriva do verbo nascer. Dessa forma, o nacionalismo é considerado uma forma de sentimento coletivo que tem se expressado na história, cujo sentido foi de caráter político, mas, começa a adquirir feição econômica (Sampaio: 85).

O nacionalismo econômico não pode ser definido em um único conceito. Tem origem no sentimento natural e generalizado que conduz ao desejo de que a ação econômica do país permaneça em mãos dos nacionais, mas pode ser percebido como diversas manifestações sentimentais: “ora em hostilidade à ação estrangeira, ora em favor da ação dos nacionais sem uma doutrina que lhes justifique a aplicação em benefício do país, e até sem estas justificações de índole biológica que o expliquem como sentimento

generalizado” (Sampaio: 88). Por isso, Sampaio se empenha em demonstrar as manifestações mais comuns e perceptíveis do que chama de nacionalismo econômico, que podem ser divididas em quatro: (1) discussão do emprego do capital estrangeiro, sob o aspecto do resultado econômico; (2) defesa do capital nacional em face da penetração do capital estrangeiro; (3) redução do resultado econômico por efeito da exportação de rendimentos das empresas estrangeiras e (4) defesa da economia nacional como um todo, por medidas de caráter político e de caráter econômico (Sampaio: 94 e 95). Esta manifestação do nacionalismo econômico refere-se à absorção de patrimônios produtivos nacionais por empresas estrangeiras, que dispendo de grandes capitais, passam a dominar e absorver o mercado.

A soberania de um país, portanto, é considerada fundamental por Sampaio para que o nacionalismo econômico perca seu cunho sentimentalista, através de uma política econômica sujeita a regras e a medidas acordes com os interesses do país. Segundo ele, a soberania de um país no aspecto econômico se traduz pelo direito de cada país de dispor, como lhe convier, dos bens naturais existentes no seu território. Isso significa o direito de legislar sobre investimentos e sobre a condução interna da vida econômica da nação e poder disciplinar a aplicação dos capitais estrangeiros (Sampaio: 93-94). Portanto, encarar o nacionalismo como resultado da soberania nacional e como forma de regular o capital estrangeiro permitiria que o estrangeiro não seja hostilizado, mas controlado.

A preocupação de Sampaio em definir a nova configuração do nacionalismo, surgido na segunda metade do século XX, ilustra

**As desigualdades
entre países
atingem também
um nível global
e a luta por um
espaço nessa
nova realidade
pode ser o indício
dos movimentos
nacionalistas**

também as incertezas que apareciam na mesma época. A internacionalização da economia – apontada por ele como um dos fatores que desencadearam o nacionalismo econômico – não apenas ajudou a propagar o modelo de estado-nação europeu como promoveu a redução de seu papel, ou seja, de sua soberania. Essas questões levantadas pelo autor são abordadas nos estudos empenhados em compreender o processo de formação de uma sociedade em caráter global, que começa a emergir em meados do século XX, sob o nome de globalização.

Para Ianni, o globalismo é uma configuração histórico-social abrangente, convivendo com as mais diversas formas sociais de vida e trabalho e também assinalando condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes. Por essa razão é que emergiriam ou ressurgiriam localismos, nacionalismos, regionalismos, colonialismos, imperialismos, etnicismos, racismos e fundamentalismos, como também se reavivariam os debates, as aflições sobre a identidade e a diversidade, a integração e a fragmentação. (in Oliveira, 1999:15). Dessa forma, as desigualdades entre países atingem também um nível global e a luta por um espaço nessa nova realidade pode ser o indício dos movimentos nacionalistas.

No mesmo ambiente, a transnacionalização da economia, a interdependência das nações e a perda de soberania do Estado passaram a exigir dos países e de seus governos novas políticas de desenvolvimento, em que é necessário buscar auxílio na economia global e implementar mudanças para atrair o capital financeiro. É aí que os países latino-americanos buscaram e buscam implementar acordos de integração político-econômica para fazer

frente às novas condições de inserção internacional – numa longa trajetória, desde o primeiro dos acordos estabelecidos entre eles, o Tratado de Montevideu de 1960 (TM-60) que deu origem a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) até o acordo Mercosul, criado em 1991.

A grande variedade de acordos entre os países da América Latina demonstra esta preocupação constante de seus países, mas também a impossibilidade de se chegar a um consenso. O embaixador Rubens Barbosa, que analisa o processo de integração até o momento da criação do Mercosul, acredita que isso se deve ao fato de os interesses dos países terem prevalecido sobre as tentativas de se criar uma cultura integracionista. “Em todos os lados, desenvolveu-se uma sutil, algumas vezes explícita, oposição ao aprofundamento dos mecanismos de natureza multilateral regional, com preferências não-declaradas, no nível bilateral, aos parceiros mais desenvolvidos” (Barbosa: 90). Para ele, há uma divergência entre a retórica oficial e a negociação concreta: as autoridades políticas dão prioridade à integração, mas os setores responsáveis pela condução da política econômica e comercial mantêm-se alheios a esse objetivo.

A crise Brasil-Bolívia nos jornais brasileiros

A decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, em nacionalizar as reservas de gás e petróleo de seu país foi amplamente noticiada pela mídia brasileira. Considerando, então, o papel do jornalismo nas relações internacionais, esta pesquisa buscou responder se os jornais brasileiros

As autoridades políticas dão prioridade à integração, mas os setores responsáveis pela condução da política econômica e comercial mantêm-se alheios a esse objetivo

foram nacionalistas ao tratar a estatização boliviana do setor de hidrocarbonetos.

Com relação à quantidade de textos informativos, *O Estado de S. Paulo* (OESP) divulgou 85 notícias, todas na editoria de Economia. *A Folha de S. Paulo* (FSP) publicou 74, a maioria na editoria Dinheiro. Apenas duas estavam em outras editorias: uma em Mundo e outra em Brasil. *A Folha* superou o *Estado* em número de textos durante três dias dos sete analisados. No entanto, em apenas um deles (07/05) a quantidade de informação – aferida pela medição em cm² – foi superior. Nos dois primeiros dias da cobertura, a *Folha* apresentou quantidade maior de textos, mas a superfície informativa era inferior ao outro jornal. No geral, o *Estado* superou a *Folha* em quantidade informativa, publicando o correspondente a uma vez e meia o material noticiado pelo concorrente. Nessa mensuração, não foi considerada a área ocupada por infográficos e fotografias.

Quanto às chamadas de capa, os dois jornais apresentam números bem próximos. A *Folha* apresenta 23 chamadas e o *Estado*, 21, mas são as chamadas deste jornal que ocupam maior área na capa. Quanto ao número de fotografias na primeira página, os dois jornais apresentam exatamente a mesma quantidade – quatro fotografias – e a ocorrência nos mesmos dias. No total de todas as páginas analisadas, o *Estado* superou a *Folha* em números: foram publicadas 45 fotografias contra 34 do concorrente.

Na análise mais minuciosa e qualitativa do material, foram verificadas (I) as principais temáticas de que tratavam os textos: ação do governo boliviano, ação do governo brasileiro, repercussão na sociedade, plano energético, aspectos econômicos.

Os dois jornais privilegiaram os aspectos econômicos e a repercussão na sociedade.

Quanto (II) ao acesso dos jornais ao local dos fatos, ou seja, o lugar de produção do texto, observou-se que a cobertura foi feita principalmente a partir do Brasil tanto pela *Folha* (55,5%) quanto pelo *Estado* (60%). Neste, em segundo lugar, predominaram notícias apuradas na Bolívia (21%) e, em terceiro, em outros países (17,5% – textos de correspondentes na Europa ou nos Estados Unidos e textos estrangeiros). A *Folha* apresentou o mesmo índice para as duas últimas opções (20,25%). Observando-se o local de produção de matérias/dia é possível também inferir que apenas o *Estado* possuía texto produzido a partir da Bolívia desde o 1º dia de análise.

Quanto (III) à informação própria de cada jornal, os dois veículos apresentaram dados altíssimos de informação própria, produzida por seus repórteres – na *Folha* o índice foi de 83,5% e no *Estado* de 90,5%. Se cruzarmos dados do local de produção da informação e de quem as produziu, é possível verificar que a maior parte de informação veiculada pelos dois jornais foi produzida por seus repórteres no Brasil, que não indicam o uso de agências, e que todos os textos produzidos por outros veículos, que foram aproveitados e publicados por ambos, provinham do exterior. Além disso, percebe-se que o texto veiculado pelo *Estado* no 1º dia de análise foi produzido na Bolívia e por um repórter do jornal, indicando que o veículo considerava a possibilidade de a nacionalização ocorrer por aqueles dias.

No que diz respeito (IV) às fontes consultadas pelo jornal, verificou-se que políticos, diplomatas e funcionários do governo foram, em números absolutos, as fontes mais

Apesar de os especialistas serem a categoria mais representativa entre as fontes brasileiras, ficaram em terceiro lugar entre as fontes bolivianas

procuradas pela *Folha* (29), enquanto que no *Estado*, ocuparam o segundo lugar (38), atrás de comentadores e especialistas (40). Os populares representam a categoria menos consultada pelos dois jornais, sendo que no *Estado* sua representatividade é maior (11 = 9,5%). No total, o número de fontes consultadas pelo *Estado* (115) foi superior ao da *Folha* (80).

Sobre a nacionalidade dos entrevistados, as fontes brasileiras foram as mais consultadas tanto pela *Folha* (61%) quanto pelo *Estado* (59%). Neste, o segundo lugar foi ocupado pelas fontes bolivianas (23,5%), seguido por fontes de outros países (10,5%) e, por fim, de outros países latino-americanos (4,5%). Na *Folha*, fontes de outros países foram as mais entrevistadas depois das brasileiras e, as bolivianas, ficaram em terceiro (15%). As fontes de outros países latino-americanos também ficaram em último lugar (1,5%). Cruzando os dados, na *Folha* os brasileiros que tiveram voz foram, em números absolutos, empresários (22), seguidos por especialistas (13) e políticos (13). Apesar de os empresários representarem a categoria mais ouvida entre as fontes brasileiras, apenas um empresário da Bolívia foi consultado. Os bolivianos foram representados em sua maioria por políticos (10) e populares (3). No *Estado*, a maioria das fontes brasileiras era formada por especialistas (27), seguida por políticos (19) e empresários (19). Apesar de os especialistas serem a categoria mais representativa entre as fontes brasileiras, ficaram em terceiro lugar entre as fontes bolivianas. Com relação a estas, o *Estado* também deu maior espaço aos políticos (10) e populares (8).

Cruzando-se a temática das matérias com as tabelas das fontes, pôde-se observar

o enfoque em que as declarações foram aproveitadas. Nos dois jornais, os políticos foram as principais fontes nos textos que tratam de ações de governo, e a nacionalidade das fontes é coincidente, quer dizer, políticos brasileiros foram maioria nas matérias sobre ação do governo do Brasil, assim como os bolivianos nas ações de seu país. Os empresários brasileiros destacaram-se nos textos de enfoque econômico e, na *Folha*, foram as principais fontes sobre o plano energético. Os empresários bolivianos, por sua vez, apareceram nas matérias do governo de seu país, comentando ou esclarecendo a ação. Quanto aos especialistas, os brasileiros foram maioria nos textos de repercussão nos dois jornais. No *Estado*, eles foram as principais fontes acerca do plano energético e grande parte localizou-se nos textos de aspectos econômicos, porém ainda em número menor que os empresários. Especialistas e comentaristas bolivianos aparecem com mais destaque no *Estado*, nos textos de repercussão e de ação do governo da Bolívia. Quanto às fontes populares, em ambos os jornais, as bolivianas apareceram na temática repercussão, posicionando-se em relação à atitude de Evo. As fontes populares brasileiras estiveram presentes apenas no *Estado*, nos textos de aspecto econômico, comentando a possível mudança no preço do gás.

O nacionalismo nas páginas da *Folha* e do *Estado*

Com as constatações feitas até aqui, obteve-se uma idéia de todo material selecionado: principais fontes, enquadramentos, condições de produção do texto e o destaque dado à nacionalização em cada jornal. No entanto, para responder melhor ao objetivo proposto – saber se a imprensa brasileira

A porcentagem de textos que consideraram a atitude indevida foi superior à daqueles que tomaram a ação como soberana

foi nacionalista na cobertura da crise Brasil-Bolívia –, foram utilizadas ainda categorias de análise referentes ao nacionalismo, organizadas em três eixos:

(I) Como a ação do governo boliviano foi vista: (a) soberana; (b1) indevida, do ponto de vista econômico; (b2) indevida, representando um julgamento moral e emocional da questão; (c) equilibrada.

(II) Quais as conseqüências do decreto para a região: (a) afastamento de investidores, (b) recuperação econômica da Bolívia, (c) integração da região em risco e (d) preço/desabastecimento.

(III) Qual foi a reação brasileira ao decreto: (a) negociação-governo, (b) negociação-Petrobras, (c) reativa-governo, (d) reativa-Petrobras e (e) arbitragem

Os jornais apresentaram porcentagens similares. A maioria dos textos foi classificada como não contendo juízo de valor sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos, tanto na *Folha* (46%) como no *Estado* (43,5%). No entanto, a porcentagem de textos que consideraram a atitude como indevida foi superior à daqueles que consideraram a ação como soberana. Na *Folha*, 27% dos textos tomaram a ação como indevida, enquanto 24%, soberana. No *Estado*, os índices foram de 32% e 21%, respectivamente. A diferença na cobertura feita pelos dois jornais pode ser percebida na classificação da ação como indevida. Enquanto na *Folha* a maioria dos textos considerou a ação indevida a partir de uma lógica moral e emocional (b2), no *Estado* a questão econômica foi preponderante para classificar a ação (b1).

Combinando a temática dos textos com a da classificação da ação boliviana, chegou-se à conclusão de que, nos dois jornais, a maior parte dos textos que consideravam a nacionalização soberana eram os que tratavam da ação do governo brasileiro, cujas fontes foram em maioria políticos brasileiros, conforme demonstrado anteriormente. O maior índice de textos que consideravam a ação como indevida apareceu naqueles que abordavam a repercussão da nacionalização e, cujas fontes preponderantes foram os especialistas e comentaristas de destaque.

No que diz respeito às consequências atribuídas ao decreto, a principal preocupação manifestada com a decisão do presidente boliviano foi a questão do aumento do preço do gás e de desabastecimento, citada tanto pela *Folha* (46%) quanto pelo *Estado* (48%). Em segundo lugar, este jornal voltou-se mais para a integração regional (12%), ao passo que o outro privilegiou o afastamento dos investidores (13,5%). A recuperação econômica da Bolívia foi a consequências menos citada pelos jornais. Percebe-se, então, que os jornais enfatizaram as consequências que o decreto teria para os brasileiros e que a preocupação com a integração regional e com o país vizinho ocupou espaço menor.

Sobre a reação brasileira ao decreto, em grande parte dos textos a reação não foi expressa. Entretanto, naqueles em que a resposta brasileira pôde ser percebida, verificou-se que houve o predomínio da negociação tanto na *Folha* (25%) quanto no *Estado* (26%). Chama atenção o fato de que, apesar de ter alguns textos indicando o desejo de negociação com a Bolívia, a resposta da Petrobras foi preponderantemente reativa, nos dois jornais. Portanto, enquanto o governo brasileiro manifestava o desejo de negociar

**Ambos os jornais
estamparam em
suas páginas
a idéia de que
a atitude do
presidente
boliviano era
indevida, tanto
do ponto de vista
econômico quanto
moral**

com o país vizinho, desde o 1º dia de análise, a Petrobras demonstrou atitude reativa.

Tendo concluído a análise de todo material, percebeu-se na cobertura jornalística da *Folha de S.Paulo* e do *O Estado de S.Paulo* um posicionamento nacionalista ao noticiarem o decreto do presidente boliviano e as consequências da medida; posicionamento sustentado, sobretudo, pela escolha das fontes e pelos enquadramentos noticiosos. Embora fosse representativa a porcentagem de matérias em que não havia um julgamento expresso da ação tomada por Evo Morales (algo em torno de 50% nos dois veículos), ambos os jornais estamparam em suas páginas a idéia de que a atitude do presidente boliviano era indevida, tanto do ponto de vista econômico quanto moral, e em quantidade de textos superior a que considerava a ação soberana. Além dessas considerações sobre a ação de Evo Morales, os dois jornais demonstraram a valorização do lado brasileiro na questão, através da escolha de fontes majoritariamente brasileiras e do enfoque dado: grande parte delas preocupou-se com as consequências econômicas que seriam enfrentadas pelo Brasil e com a repercussão da decisão, temática em que prevaleceu o olhar de analistas e políticos brasileiros.

Ao mesmo tempo em que acordos internacionais não prosperaram ou se arrastam, os meios de comunicação parecem pouco colaborar para uma cultura de integração, minada quase sempre pela questão econômica, mesmo que retóricas governamentais apontem em outra direção. Nos dois jornais, além da atitude de Evo Morales ter sido considerada indevida, a questão da integração regional e a preocupação com o país vizinho pouco foram abordadas nos textos.

A divergência entre o posicionamento do governo brasileiro e da Petrobras durante o desenrolar da crise foi outro ponto-chave revelado pela análise dos dois jornais. Enquanto a diplomacia brasileira caracteriza-se pelo pacifismo, cordialidade oficial com os vizinhos, nacionalismo cooperativo e não confrontacionista, a atuação da Petrobras foi predominantemente reativa. Essa oposição entre a retórica do governo e dos agentes econômicos, tal como anteriormente apontada por Rubens Barbosa, revela-se como o principal entrave na criação de uma cultura integracionista.

Numa época em que os ânimos nacionalistas acirram-se, em virtude de novas condições de inserção internacional e de interdependência como tônica dessa nova ordem, a nacionalidade parece ser vista pela grande maioria das pessoas como algo imutável e dado, natural. Os jornais contam com essa emoção, pois os jornalistas, brasileiros, inserem-se na sociedade com os mesmos sentimentos dos demais cidadãos do país. A discussão sobre o nacionalismo na imprensa e, em especial, na crise Brasil-Bolívia, está longe de ser concluída. Seria interessante proceder do mesmo modo em relação aos veículos de imprensa bolivianos. Um balanço das reações da imprensa dos dois países, considerando-se o mesmo período de análise, seria uma forma de avaliar como cada país retratou a ação do outro, complementando este debate.

Sobre as autoras

Andréia Seganfredo, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
e-mail: andreiaseganfredo@gmail.com

Gislene Silva, jornalista, doutora em Antropologia, professora de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
e-mail: gislenedasilva@gmail.com

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Atica, 1989.
- BALDESSAR, Maria José. *A ordem invertida? O fluxo internacional de notícias a partir do advento da internet: um estudo exploratório dos websites O Globo, O Estado e JB Online*. São Paulo, 2006. 229p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica a realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.
- CALHOUN, Craig J. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- COSTA, Edmilson. *O que todo cidadão precisa saber sobre Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Global Ed., 1986.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker, 2003.
- HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New York: Penguin Books, 1946.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- PIERNES, Guillermo. *Comunicação e desintegração na América Latina*. Brasília: UnB, 1990.

RUBEN, Guillermo Raul. *O que é nacionalidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAMPAIO, Alde. *Sínteses de assuntos fundamentais: socialismo nacionalismo, parlamentarismo coexistência pacífica*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1963.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Referências webgráficas

DUARTE, Josué. Imprensa raivosa lembra Cidão Kane. *Jornal de Debates*, n. 380, ano 11, 2006. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB009>. Acesso em: 30. mai..2006.

FERREIRA, Xikito Affonso. Luta de vários rounds. *Jornal de Debates*, n. 380, ano 11, 2006. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB004>. Acesso em: 30. mai. 2006.

GIANUCA, Renato. Cenas de histeria na grande mídia. *Jornal de Debates*, n. 380, ano 11, 2006.

Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=380JDB003>. Acesso em: 30. mai.2006.

SANT'ANNA, Francisco. América Latina – um tema fora da pauta: uma análise sobre o papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-america-latina.pdf>. Acesso em: 26.nov.2006.

SOUSA, Jorge Pedro. A informação internacional na imprensa ibero-americana: uma visão portuguesa. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-duas-semanas.html. Acesso em: 25.nov.2006.

VILLADA, Pedro Antonio Rojo. Analfabetismo tecnológico en la sociedad de la información. Chasqui - *Revista latino-americana de comunicación*, n. 81, mar.2003. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/192/64/>. Acesso em: 27.nov.2006.